

STJ00098376

Irapuã Beltrão

Curso de Direito Tributário

5ª Edição Revista e Ampliada

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2014

STJ00098376

© 2013 by Editora Atlas S.A.

As três primeiras edições foram publicadas pela Editora Impetus com o título *Resumo de Direito Tributário*; 4. ed. 2013; 5. ed. 2014

Capa: Leonardo Hermano

Composição: CriFer – Serviços em Textos

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Beltrão, Irapuã

Curso de direito tributário / Irapuã Beltrão. –

5. ed. – São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-8964-0

ISBN 978-85-224-8965-7 (PDF)

1. Direito tributário 2. Direito tributário – Brasil
3. Direito tributário – Estudo e ensino I. Título.

13-01843

CDU-34:336.2(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito tributário 34:336.2(81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

1008503



Sumário

Abreviaturas, xvii

Nota da 5ª edição, xxi

Apresentação à 1ª edição, xxiii

Prefácio à 1ª edição, xxv

Nota do Autor, xxvii

1 Introdução, 1

1 A atividade financeira e as receitas, 3

1.1 Receitas Originárias, 5

1.2 Receitas Derivadas, 5

2 Conceito de Direito Tributário, 6

3 Posição e autonomia do Direito Tributário, 7

4 Sistema Tributário Nacional, 9

4.1 Evolução histórica do Sistema Tributário, 10

4.2 A Recepção do Código, 13

4.3 Características Gerais do Sistema Tributário Nacional, 14

4.4 Sistema Tributário Nacional como um Subsistema Constitucional, 15

Exercícios de fixação, 20

2 Tributo, Espécies e Classificações, 22

1 O tributo – conceito e definição, 22

2 Classificação dos tributos em espécie, 30

3 Natureza jurídica do tributo, 32

- 4 Espécies de tributos, 35
 - 4.1 Impostos, 36
 - 4.2 Taxas, 37
 - 4.2.1 Taxa de polícia, 39
 - 4.2.2 Taxas de serviços, 40
 - 4.2.3 Base de cálculo das taxas, 47
 - 4.3 Contribuições de melhoria, 48
 - 4.4 Empréstimo compulsório, 52
 - 4.5 Contribuições Especiais (Parafiscais), 55
 - 4.5.1 Contribuições Sociais, 57
 - 4.5.2 Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE ou interventivas, 62
 - 4.5.3 Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais ou Econômicas – corporativas ou profissionais, 63
 - 4.5.4 Contribuição de Iluminação Pública – COSIP, 66
 - 5 Outras classificações dos tributos, 68
 - 5.1 Quanto à natureza da hipótese de incidência, 68
 - 5.2 Quanto à finalidade ou função dos tributos: Fiscalidade, Extrafiscalidade, Parafiscalidade, 69
 - 5.3 Classificação por competência, 70
 - 5.4 Quanto ao objeto da incidência: reais e pessoais, 71
 - 5.5 Quanto à forma de percepção: direto e indireto, 71
 - 5.6 Quanto à alíquota: fixos ou proporcionais, 72
 - 5.7 Quanto à base econômica, 73
- Exercícios de fixação, 74*
- 3 Limitações ao Poder de Tributar, 80
 - 1 Limitações gerais, 83
 - 1.1 Princípio da legalidade, 83
 - 1.1.1 Concessão de favores fiscais, 85
 - 1.1.2 Exceções à Legalidade Estrita, 86
 - 1.1.3 Prazo para pagamento do tributo, 88
 - 1.2 Princípio da igualdade ou isonomia, 89
 - 1.2.1 Princípio da Capacidade Contributiva (art. 145, § 1º, CRFB/88), 91
 - 1.2.2 A personificação ou personalização dos impostos (art. 145, § 1º, CRFB/88), 94
 - 1.3 Princípio da irretroatividade, 94
 - 1.4 Princípio da anterioridade, 95
 - 1.5 Princípio da noventena (ou anterioridade nonagesimal), 98
 - 1.6 Princípio do não confisco, 106
 - 1.7 Princípio da liberdade de tráfego, 109
 - 2 Limitações específicas, 110
 - 2.1 Limitações específicas para a União, 110
 - 2.2 Limitações específicas para os Estados, Distrito Federal e Municípios, 111

- 3 Imunidades tributárias, 113
 - 3.1 Diferença entre imunidades e isenção, 115
 - 3.2 Nomenclatura empregada, 116
 - 3.3 Tipos de Imunidades, 118
 - 3.3.1 Imunidades genéricas, 119
 - 3.3.2 Imunidades específicas, 133
- Exercícios de fixação*, 135
- 4 **Competência Tributária**, 141
 - 1 Formas de organização do Estado, 142
 - 2 Federação e o modelo brasileiro, 143
 - 3 Competência Tributária, 145
 - 3.1 Atributos da competência tributária, 149
 - 4 Bitributação × *Bis in idem*, 155
 - 5 Repartição das competências tributárias, 156
 - 5.1 Competência privativa ou exclusiva, 158
 - 5.1.1 Competência cumulativa, 160
 - 5.2 Competência comum, 161
 - 5.3 Competência residual, 162
 - 5.4 Competência extraordinária, 164
 - 6 Controle de alíquotas, 165
- Exercícios de fixação*, 166
- 5 **Legislação Tributária**, 171
 - 1 Fontes do direito tributário, 172
 - 1.1 Leis, 174
 - 1.1.1 Lei ordinária, 175
 - 1.1.2 Leis complementares, 175
 - 1.1.3 Leis delegadas, 179
 - 1.1.4 Medida provisória, 180
 - 1.1.5 Papel da lei tributária, 181
 - 1.1.6 Resoluções do Senado Federal, 183
 - 1.2 Tratados e convenções internacionais, 184
 - 1.2.1 Tratados e isenções internas, 187
 - 1.3 Decretos, 189
 - 1.4 Fontes secundárias – normas complementares, 190
 - 1.4.1 Atos normativos, 191
 - 1.4.2 Decisões administrativas com eficácia normativa, 191
 - 1.4.3 Praxes administrativas/práticas reiteradas, 192
 - 1.4.4 Convênios, 192
 - 2 Vigência da legislação tributária, 192
 - 2.1 Vigência espacial, 193
 - 2.2 Vigência temporal, 194

X Curso de Direito Tributário • Beltrão

- 3 Aplicação da legislação, 196
 - 3.1 Retroatividade da lei tributária, 196
- 4 Interpretação da legislação, 199
 - 4.1 Métodos de interpretação, 200
 - 4.2 Espécies de Interpretação, 201
 - 4.2.1 Conforme a fonte utilizada na interpretação, 201
 - 4.2.2 Conforme o resultado, 201
- 5 Integração da legislação, 202
- Exercícios de fixação*, 204
- 6 Obrigação Tributária, 209**
 - 1 Conceito e elementos, 211
 - 2 Obrigação principal e acessória, 212
 - 3 Fato gerador, 216
 - 3.1 Conceito, 216
 - 3.1.1 Fato gerador na obrigação acessória, 217
 - 3.1.2 Fato gerador na obrigação principal, 217
 - 3.1.2.1 Elementos do fato gerador na obrigação principal, 218
 - 3.2 Fatos instantâneos, complexos e continuados, 222
 - 3.3 Momento de ocorrência do fato gerador, 223
 - 3.4 Elisão e evasão, 227
 - 3.5 Interpretação do fato gerador, 228
 - 4 Sujeição ativa e passiva, 230
 - 4.1 Sujeito ativo da obrigação, 230
 - 4.1.1 Sub-rogação ativa, 231
 - 4.2 Sujeito passivo da obrigação, 232
 - 4.3 Solidariedade, 234
 - 4.4 Capacidade tributária, 236
 - 4.5 Domicílio tributário, 238
 - Exercícios de fixação*, 239
- 7 Responsabilidade Tributária, 245**
 - 1 Divisão doutrinária, 248
 - 1.1 Retenção na fonte, 250
 - 2 Os efeitos da fixação da responsabilidade, 251
 - 3 A responsabilidade por substituição, 252
 - 4 Responsabilidade dos sucessores, 262
 - 4.1 Regra geral da sucessão tributária, 263
 - 4.2 Sucessão imobiliária, 264
 - 4.3 Sucessão *causa mortis*, 267
 - 4.4 Sucessão empresarial, 270
 - 5 Imputação legal/responsabilidade de terceiros, 276
 - 5.1 Responsabilidade solidária – art. 134 do CTN, 276
 - 5.2 Responsabilidade pessoal – art. 135 do CTN, 279

6 Responsabilidade por infrações, 286

Exercícios de fixação, 292

8 Crédito Tributário, 298

1 Fases da obrigação, 299

2 Características do crédito, 301

3 Lançamento – conceito, 303

3.1 Natureza do lançamento, 308

3.2 Características do lançamento, 310

3.2.1 Legislação aplicável, 310

3.2.2 Conversão cambial, 313

3.2.3 Modificação dos critérios jurídicos, 313

4 Modalidades de lançamento, 316

4.1 Lançamento por declaração, 316

4.2 Lançamento por homologação, 318

4.3 Lançamento direto ou de ofício (*ex officio*), 320

4.3.1 Grupos de lançamentos de ofício, 320

4.4 Dispensa (?) de lançamento, 322

5 Arbitramento, 326

6 Alteração ou imutabilidade do lançamento, 329

Exercícios de fixação, 331

9 Suspensão da Exigibilidade do Crédito, 335

1 Moratória, 340

2 Depósito do montante integral, 344

3 Reclamações e recursos no âmbito administrativo, 349

4 Concessão de liminar em mandado de segurança, 351

5 Concessão de medida liminar ou de tutela antecipada em outras ações judiciais, 351

6 Parcelamento, 355

6.1 Parcelamento e denúncia espontânea, 357

6.2 Parcelamento e execução fiscal, 358

6.3 Parcelamento e o CADIN, 358

6.4 O REFIS, 359

Exercícios de fixação, 360

10 Extinção do Crédito Tributário, 364

1 Pagamento, 366

2 Compensação, 372

3 Transação, 375

4 Remissão, 376

5 Prescrição e decadência, 378

5.1 A Decadência, 379

5.2 A Prescrição, 384

- 6 Conversão do depósito em renda, 393
- 7 Pagamento antecipado e homologação do lançamento, 394
- 8 Consignação em pagamento, 395
- 9 Decisão administrativa irreformável, 397
- 10 Decisão judicial passada em julgado, 397
- 11 Dação em pagamento em bens imóveis, 398

Exercícios de fixação, 399

11 Exclusão do Crédito Tributário, 405

- 1 Isenção, 406
- 2 Anistia, 411

Exercícios de fixação, 414

12 Pagamento Indevido e Repetição, 417

- 1 Definição de pagamento indevido, 420
- 2 Restituição nos tributos indiretos, 421
- 3 Os valores restituídos, 424
- 4 Prazos para a restituição, 426
 - 4.1 Aplicação retroativa da LC nº 118, 429

Exercícios de fixação, 432

13 Garantias e Privilégios do Crédito Tributário, 435

- 1 Garantias, 436
 - 1.1 Ampla responsabilidade patrimonial, 436
 - 1.2 Fraude à execução, 437
 - 1.3 Penhora *on-line*, 440
- 2 Privilégios, 442
 - 2.1 Dispensa de habilitação e concurso, 446
 - 2.2 Falência e o crédito tributário, 447
 - 2.3 Concurso de preferências, 450
 - 2.4 Outras preferências, 453

Exercícios de fixação, 457

14 Administração Tributária, 461

- 1 Administração tributária constitucional, 462
- 2 Fiscalização e aplicabilidade, 466
 - 2.1 Poderes da Fiscalização, 468
 - 2.1.1 Poder de Exame, 468
 - 2.1.2 Poder de Solicitação, 470
 - 2.1.3 Requisição de força pública, 473
 - 2.2 Dever de colaboração recíproca, 474
 - 2.3 Dever de formalização, 478
 - 2.4 Sigilo Fiscal, 479
 - 2.4.1 Cooperação e mútua assistência, 481

- 2.4.2 Requisição Judicial, 482
- 2.4.3 Solicitações de outras autoridades administrativas no interesse da Administração Pública, 484
- 3 Dívida ativa, 486
 - 3.1 Requisitos, 489
 - 3.2 Protesto da CDA, 492
- 4 Certidão negativa, 495
 - 4.1 Certidão positiva com efeito de negativa, 499
 - 4.2 Dispensabilidade e Responsabilidades, 501
- Exercícios de fixação*, 502
- 15 Impostos Federais, 506**
 - 1 Imposto sobre Importação (II), 507
 - 1.1 Base econômica e fato gerador (aspecto material da hipótese de incidência tributária), 507
 - 1.1.1 Bagagem – Isenção, 511
 - 1.2 Aspecto temporal, 512
 - 1.3 Aspecto espacial, 513
 - 1.4 Aspecto pessoal, 514
 - 1.5 Aspecto quantitativo: alíquota e base de cálculo, 515
 - Jurisprudência do Imposto de Importação*, 517
 - 2 Imposto sobre Exportação de produtos nacionais ou nacionalizados (IE), 519
 - 2.1 Aspecto material, 519
 - 2.2 Aspecto temporal, 520
 - 2.3 Aspecto pessoal, 520
 - 2.4 Aspecto quantitativo: alíquota e base de cálculo, 521
 - Jurisprudência do Imposto de Exportação*, 522
 - 3 Imposto sobre Renda e Proventos de qualquer natureza (IR), 523
 - 3.1 Aspecto material, 524
 - 3.2 Aspecto temporal, 526
 - 3.3 Aspecto espacial, 527
 - 3.4 Aspecto pessoal, 528
 - 3.5 Aspecto quantitativo, 529
 - 3.6 Critérios constitucionais do imposto, 530
 - Jurisprudência do Imposto de Renda*, 531
 - 4 Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), 533
 - 4.1 Aspecto material, 534
 - 4.2 Aspecto espacial, 535
 - 4.3 Aspecto temporal, 536
 - 4.4 Aspecto quantitativo, 537
 - 4.5 Aspecto subjetivo, 538
 - 4.6 Critérios constitucionais, 539

4.7 Não cumulatividade, 540

4.8 Seletividade, 542

Jurisprudência do IPI, 543

5 Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), 545

5.1 Aspecto material, 546

5.2 Aspecto temporal, 547

5.2.1 No crédito, 547

5.2.2 No câmbio, 548

5.2.3 No seguro, 548

5.2.4 Nos títulos e valores mobiliários, 548

5.3 Aspecto quantitativo, 549

5.4 Aspecto pessoal, 549

5.4.1 No crédito, 550

5.4.2 No câmbio, 550

5.4.3 No seguro, 550

5.4.4 Nos títulos e valores mobiliários, 550

5.5 Características constitucionais, 551

5.6 Incidência sobre o ouro, 551

Jurisprudência do IOF, 552

6 Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), 553

6.1 Base econômica e aspecto material, 554

6.2 Aspecto temporal, 555

6.3 Aspecto quantitativo, 555

6.4 Aspecto pessoal, 556

6.5 Aspecto espacial, 558

Jurisprudência do Imposto Rural, 558

7 Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), 560

16 Impostos dos Estados e do Distrito Federal, 561

1 Imposto sobre Transmissão *Causa mortis* e Doação, de quaisquer bens e direitos (ITD, ITCD ou ITCMD), 562

1.1 Aspecto material, 563

1.2 Aspecto espacial e pessoal, 564

1.3 Aspecto temporal, 566

1.4 Aspecto quantitativo: base de cálculo e alíquota, 566

Jurisprudência do Imposto de Transmissão Estadual, 568

2 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, 569

2.1 Circulação de Mercadoria – aspecto material, 571

2.2 Imposto sobre o transporte, 576

2.3 Imposto sobre a comunicação, 577

- 2.4 Aspecto quantitativo: base de cálculo do imposto, 578
- 2.5 Não cumulatividade do ICMS, 580
- 2.6 Seletividade do ICMS, 581
- 2.7 Alíquotas do ICMS, 582
- 2.8 Incidência especial do ICMS, 584
- 2.9 Não incidência do ICMS, 587
- 2.10 Outras determinações constitucionais para o ICMS, 588
- 2.11 Benefícios fiscais no ICMS, 588
- 2.12 Produtos especiais, petróleo e combustíveis no ICMS, 589
- 2.13 Aspecto pessoal, 590

Jurisprudência selecionada do ICMS, 591

- 3 Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), 594
 - 3.1 Aspecto material, 594
 - 3.2 Aspecto quantitativo, 595
 - 3.3 Aspecto espacial, 596
 - 3.4 Aspecto pessoal, 596
 - 3.5 Aspecto temporal, 596

Jurisprudência selecionada – IPVA, 596

17 Os Impostos dos Municípios – art. 156 da CRFB, 598

- 1 Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana – IPTU, 598
 - 1.1 Aspecto material, 598
 - 1.2 Aspecto quantitativo, 600
 - 1.3 Aspecto pessoal, 603
 - 1.4 Aspecto temporal, 603

Jurisprudência selecionada – IPTU, 604

- 2 Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (e direitos reais relacionados), *Inter Vivos*, por ato oneroso (ITBI), 606
 - 2.1 Aspecto material, 607
 - 2.2 Aspecto temporal, 609
 - 2.3 Aspecto quantitativo, 610
 - 2.4 Aspecto pessoal, 611
 - 2.5 Aspecto espacial, 612
 - 2.6 Imunidade específica, 612

Jurisprudência selecionada – ITBI, 613

- 3 Imposto sobre Serviços de qualquer natureza – ISS ou ISSQN, 615
 - 3.1 Aspecto material, 616
 - 3.2 Aspecto quantitativo, 618
 - 3.3 Aspecto espacial, 619
 - 3.4 Aspecto pessoal, 620
 - 3.5 Aspecto temporal, 621

Jurisprudência selecionada – ISS, 621

Observações finais dos impostos, 623

18 Repartição da Receita Tributária, 625

- 1 Princípios específicos, 627
 - 2 Transferências diretas, 629
 - 2.1 Transferências aos Estados, 629
 - 2.2 Transferências aos Municípios, 631
 - 2.3 Transferências do IOF, 635
 - 3 Fundos de Participação, 636
 - 3.1 A formação dos Fundos de Participação, 636
 - 3.2 O Fundo proporcional da exportação, 639
 - 3.3 Distribuição da Cide-Combustível, 640
 - 4 Definição dos critérios dos Fundos de Participação, 641
 - 5 Papel da Lei Complementar, 645
 - 6 Resumo das transferências, 646
- Exercícios de fixação, 647*

Referências, 651